

CIDADES E METROPOLIZAÇÃO¹

Jurandir Fernandes

No dia-a-dia, em diversas situações nos deparamos com a expressão “regiões metropolitanas”. Mas, afinal, qual o seu significado e o que essas regiões representam na vida de suas populações? Quantas regiões metropolitanas existem no Brasil e, especificamente, no Estado de São Paulo?

O crescimento das cidades acabou gerando uma situação que fortalece a necessidade de se ter uma visão metropolitana dos problemas comuns enfrentados pelos municípios. De acordo com um relatório do IBGE, entre 1900 e 2000, o Brasil ficou cem vezes mais rico. E a população cresceu dez vezes. No começo do século XX, éramos 17 milhões de habitantes e, em 2000, esse número subiu para 170 milhões.

As primeiras regiões metropolitanas do Brasil foram instituídas em 1973, portanto, 30 anos atrás. No início, eram nove regiões. Hoje já são 29, concentrando mais de 70 milhões dos 170 milhões de brasileiros, ou seja, mais de 40% da população. Essas 29 regiões metropolitanas ocupam 2% do território nacional. Quer dizer, então, que 40% de nosso povo ocupa 2% da área do país nas cidades.

O que exatamente caracteriza uma região metropolitana? Basicamente, a conurbação de vários municípios, que acaba gerando a necessidade de se buscar soluções conjuntas para problemas de interesse comum. Nesse grupo, existe uma cidade mãe, a metrópole, que é o centro dinâmico da realidade social e econômica da região.

No Estado paulista, existem três regiões metropolitanas – São Paulo, Campinas e Baixada Santista, que concentram cerca de 27 milhões de habitantes, 15% da população brasileira. Esse território tem uma tremenda força econômica, respondendo por quase 80% do Produto Interno Bruto do Estado e por mais de 27% do PIB nacional.

¹ Mesa Redonda **Cidades e Metropolização** no XX Ciclo de Debates do Serviço Social do Hospital das Clínicas da UNICAMP. Expositores: Professor Dr. Jurandir Fernandes Faculdade de Engenharia Elétrica da UNICAMP e Secretário dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo e Professor Dr Kazuo Nakano do Instituto Polis São Paulo.

No entanto, por ser uma área rica em oportunidades, acaba se constituindo em um grande pólo de atração, o que, conseqüentemente, gera vários problemas sociais. Esta atratividade não ocorreu somente no nosso Estado. Foi um fenômeno registrado em todo o Brasil. Só para se ter uma idéia, em 1950, 18 milhões de pessoas moravam nas cidades. Hoje, dos 170 milhões de habitantes do País, 138 milhões estão no perímetro urbano.

Isso quer dizer que, em 50 anos, houve um acréscimo de 120 milhões de pessoas nas cidades, representando um aumento de 2,5 milhões de habitantes por ano. Ou seja: tivemos que providenciar casas, postos de saúde, escolas para 2,5 milhões de novos habitantes a cada ano!

Para buscar soluções conjuntas aos problemas comuns dentro de determinada região, é muito importante que todos tenham consciência do processo de metropolização. Na Região Metropolitana de Campinas, apesar de ter um pouco mais de dois anos de efetiva implantação (na prática, aconteceu a partir da instalação do Conselho de Desenvolvimento, no final de 2001), essa conscientização já é uma realidade.

Os 19 municípios da Região, que concentram 2,6 milhões de habitantes, começam a discutir seus problemas de forma integrada, a partir de uma visão metropolitana sobre áreas como habitação, transportes, segurança, saúde e tantas outras questões comuns às cidades. Isso quer dizer que daqui por diante, cada vez mais, fará parte de nossas vidas o debate sobre questões metropolitanas, além daquelas que dizem respeito aos nossos bairros.

Ao longo de décadas, esses problemas vêm se acumulando e se agravando, principalmente, em função do crescimento vertiginoso e desordenado. No caso da nossa região, a população saltou de 680 mil habitantes para cerca de 2,6 milhões em apenas três décadas. Ou seja, mais que triplicou! Pior, é que este crescimento não se deu de modo uniforme entre os 19 municípios da Região. Vejam o caso de Sumaré e de Hortolândia, que, em 1970, tinham 23 mil habitantes e hoje possuem 350 mil! A população dessas duas cidades aumentou em mais de 15 vezes!

Felizmente, a estrutura institucional da Região Metropolitana de Campinas – RMC – já está em operação. O Conselho de Desenvolvimento, formado pelos 19 prefeitos da região e por 12 representantes do Estado, definiu e criou as Câmaras Temáticas, para estudar temas específicos, como Segurança Pública, Habitação, Meio Ambiente,

Planejamento e Uso do Solo, Transportes e Sistema Viário, Desenvolvimento Econômico, Saneamento e Recursos Hídricos, Atendimento Social, Educação, Saúde, Pedágio e Agricultura.

Por meio das Câmaras, em vez de cada prefeito lutar para solucionar problemas de sua cidade, é possível discutir e pensar em projetos que resolvam questões de forma integrada, beneficiando o grupo de municípios.

A Câmara Temática de Habitação, por exemplo, já começou a dar resultados. Realizou um levantamento mostrando que seriam necessárias cerca de 6.400 unidades habitacionais para tirar as pessoas que moram em área de risco. Os integrantes da Câmara, junto com a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), vinculada ao Estado, estão elaborando os projetos. As prefeituras entram com o terreno e o Estado faz as casas ou os apartamentos.

Buscando soluções de forma integrada, os prefeitos da região metropolitana ganham força política, o que facilita a obtenção de empréstimos junto a agentes financeiros, para implantação de projeto, seja referente à habitação, transportes, saúde ou qualquer outra área.

